



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2017**

-----**ACTA NÚMERO 4**-----

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa, o Senhor Vogal José Rodrigues, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal António Rocha. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena deu início à quarta reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 32/2017 – Compartimento n.º 97 do ossário n.º 2 - Desocupação do compartimento; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 33/2017 - USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer – Benefícios fiscais em sede de IRS para os professores voluntários; ---

- 3 – Proposta de Deliberação N.º 34/2017 - Corta Mato Escolar do Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela – Apoio; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 35/2017 - Apoio à prova de atletismo de estrada da Associação de Moradores 18 de Maio – 35º Troféu CMO – Corrida das Localidades; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 36/2017 - Ideias do Século – Associação – Apoio; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 37/2017 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para limpeza e serviços gerais nos edifícios sede e delegação da Junta de Freguesia; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 38/2017 - Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior e para a carreira e categoria de Assistente Operacional – Publicitação - Atualização de minuta de aviso em DR; -----
- 8 – Proposta de Deliberação N.º 39/2017 - Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional, para a área de Apoio Administrativo e a área de Limpeza; -----
- 9 – Proposta de Deliberação N.º 40/2017 - Cessação da Ocupação da Loja n  8 do Mercado Municipal de Carnaxide – Ramo: Florista; -----
- 10 – Proposta de Deliberação N.º 41/2017 - Sepultura n.º 98 do talhão n.º 11 - Concessão a Título Perpétuo; -----
- 11 – Proposta de Deliberação N.º 42/2017 - Hasta Pública - Loja n 8 do Mercado Municipal de Carnaxide; -----
- 12 – Proposta de Deliberação N.º 43/2017 – Jazigo N.º 70 – Pedido de construção; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Quero informar que temos que comunicar ao Gabinete das Juntas de Freguesia os meios que necessitamos para as festas de Carnaxide, Queijas, Linda-a-Pastora e Nossa Senhora da Rocha e, nesse sentido, temos que definir as datas, dado que é um ano eleitoral e as eleições prevêem-se realizar no dia um de outubro. Nesse sentido, após análise desta situação pelo Executivo, entendeu-se que, excecionalmente, as festas de Carnaxide fossem primeiro que as de Queijas para que as de Queijas sejam o mais próximo possível da data de São Miguel Arcanjo, ficando definido que as festas não decorrerão na semana das eleições. Ou seja, no dia vinte e cinco de setembro, todos os equipamentos ter o de ser retirados da feira, sob pena de a Junta de Freguesia os mandar retirar com reboque. Neste contexto, fica deliberado que as festas de Carnaxide serão de treze a dezassete de setembro e as de Queijas de

dezanove a vinte e quatro de setembro. As festas de Nossa Sra. da Rocha serão de vinte e sete de maio a quatro de junho. -----

--- Queria informar que decorreu no passado dia cinco de fevereiro uma recolha de sangue no Mercado de Queijas, promovido pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Paróquia de Queijas. Esta notícia encontra-se publicada na nossa web site em que tem todas as datas até ao fim do ano. -----

--- Com muito orgulho, assinalámos, no dia vinte e três de janeiro, que a Junta de Freguesia abria pela primeira vez as portas da USCAL. Parabéns ao Executivo, colaboradores e à USCAL pelo trabalho constituído e à Comissão Executiva. Parabéns a todos os cinquenta e nove professores que ao longo destes quatro anos participaram e deram, em algum momento, do seu tempo e do seu saber para que todos os quinhentos e quarenta e nove alunos que já passaram pela universidade ao longo destes quatro anos, se sentissem gratificados. Todos contribuíram de alguma forma para que a USCAL seja quem é. A este propósito, temos que agendar uma reunião com o Sporting Clube de Linda-a-Pastora para ver qual a possibilidade de ajudarmos a coletividade, colocando lá duas ou três disciplinas, vendo a captação de novos alunos naquela zona. -----

--- Vai dar início esta semana uma obra que era um sonho de mais de uma década e que é o reordenamento da Estrada da Outurela, entre a rotunda das sicas e a rotunda do Cemitério. Esta obra, que prevê a reformulação de todo este troço, incluindo a criação de uma rotunda no entroncamento da Rua Fernão Lopes, alteração de separadores centrais, repavimentação da faixa de rodagem e passeios, aumento de lugares de estacionamento no sentido ascendente da via com a colocação dos lugares em diagonal, alteração da iluminação pública, beneficiação pontual da drenagem pluvial e execução de sinalização horizontal e vertical. Esta obra tem a duração de cento e cinquenta dias e vai custar à Câmara Municipal trezentos e quarenta e nove mil euros e setecentos e trinta e um euros. -----

--- Decorreu uma visita, na passada sexta-feira, em que estive presente acompanhado do Senhor Vogal José Rodrigues, aos polidesportivos de Queijas e aos polidesportivos de Carnaxide, no sentido de que estes polidesportivos sofram intervenções já pedidas por nós há algum tempo, nomeadamente, no polidesportivo de Queijas, a colocação, depois da requalificação feita pela Junta de Freguesia, em setembro e ainda se mantém sem qualquer grafiti, de rede de amortecimento de bolas do lado poente, no sentido de as bolas não atingirem o sentido da Quinta do Bonfim. Visitámos, também, o polidesportivo do Cheuni que precisa das balizas pintadas e, provavelmente, será aplicado um novo pavimento. No polidesportivo do Bairro Luta Pela Casa serão colocadas balizas e rede de proteção. Reformulação do polidesportivo da Quinta do Salles e reformulação do polidesportivo do Pátio dos Cavaleiros, na Portela, que é também uma ambição de há vários anos, que decorria no

mandato anterior que estas concretizações viessem a ser levadas a efeito pelo Município de Oeiras. Amanhã temos uma visita, também com o Município de Oeiras, às áreas caninas, nomeadamente à área canina da Alameda de Queijas e da Alameda Sousa Bastos. Depois vamos visitar as áreas caninas do Centro Cívico de Carnaxide e da VLN, em Nova Carnaxide. -

--- Temos que solicitar o ponto de situação à Associação de Dadores de Sangue que disse que ia falar diretamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque temos uma loja vazia no Mercado que tem que ter uma solução. Ou colocamos em hasta pública, como esta de Carnaxide que vagou há quinze dias e já vai para hasta pública, ou saber como havemos de proceder. Nós, por iniciativa própria, reservámos esta loja, sabendo à partida que a Associação de Dadores de Sangue teria que devolver a loja ao talhante, mas para isso, é também preciso que o talhante devolva contrapartidas que assumiu com o Município, mas precisamos de algo da Associação que nos comunique como é que está o processo. -----

--- A PSP enviou-nos um email a pedir para respondermos a um inquérito de satisfação sobre a imagem e os serviços da PSP. -----

--- A Câmara Municipal mandou-nos um email, que dizia que, decorrente da experiência dos anos recentes da nova delegação e no respeito ao acordo de execução, permite refletir as tarefas desempenhadas. Envia também duas fichas de varredura manual com o objetivo de serem descritas as tarefas desempenhadas pelas equipas de limpeza das Juntas de Freguesia. Pretende-se uma monitorização mais próxima da realidade possível pelo que solicitam a adaptação das fichas às tarefas desempenhadas pelas Juntas de Freguesia. As fichas foram adaptadas a partir dos modelos existentes e já testados. Quanto à ficha diária não necessita de ser entregue apenas se solicitada. Quanto à ficha mensal deverá ser devidamente preenchida e anexa ao relatório do acordo de execução, com indicação do mês e ano e refletir o trabalho executado, de modo a que o serviço possa fazer uma apreciação. -----

--- A Junt'Arte comunicou-nos que a associação está extinta desde o dia um de janeiro. -----

--- A nosso pedido, a Câmara Municipal efetuou, no parque infantil da Rua Cesário Verde, algumas intervenções que já estavam também pedidas há cerca de dois anos. No mandato da Sra. Presidente Teresa Zambujo foram colocadas em várias pracetas paliçadas de madeira. O que acontece é que as paliçadas de madeira começam a apodrecer e começam a cair, a terra não aguenta, a madeira incha e estavam num estado lastimoso. A Câmara Municipal, através da Divisão da Eng^a Regina Lopes, teve uma intervenção no parque infantil Cesário Verde, na Praceta Guerra Junqueiro, entre vinte e cinco e vinte e sete de janeiro, na Praceta António Nobre, entre trinta de janeiro e um de fevereiro, na Praceta António Ferreira, entre dois e quatro de fevereiro, Praceta António Feliciano Castilho, entre seis e oito de fevereiro e na Praceta Elisa Sousa Pedroso, que ainda decorreu em janeiro. Excelentes intervenções do Município, pedidas pela Junta de Freguesia há alguns anos. Também haverá uma intervenção

na Quinta do Salles, junto ao poço, entre nove e treze de fevereiro, onde também decorreu uma derrocada que já comuniquei e já visitámos o local com o Sr. Vice-Presidente na passada sexta-feira. -----

--- Pelo Sr. Secretário foi informado o seguinte: -----

--- Durante o mês de janeiro, na sede, houve vinte e oito atendimentos jurídicos, dezasseis atendimentos em horário pós-laboral, foram emitidos cento e sessenta e cinco atestados e foram alugadas três bancas mensais do Mercado de Carnaxide. -----

--- No fim do mês de janeiro foi-nos entregue a loja numero oito do Mercado de Carnaxide, visto que a então concessionária, por motivos de saúde, foi obrigada a entregar-nos a referida loja. -----

--- Pelo Sr. Vogal José Rodrigues foi informado o seguinte: -----

--- Foram feitas intervenções em duas artérias de Queijas, em caminhos pedonais, onde foram cortadas todas as árvores e os arbustos, o pavimento foi retificado com material de alcatrão. Na Rua Angra do Heroísmo onde está uma construção que tinha as bombas que levavam a água para o Bairro do Lameiro, rebentaram com a vedação, procedeu-se, hoje, à limpeza daquele espaço e foi colocada uma corrente com um cadeado. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 17 de Janeiro de dois mil e dezassete e o dia 06 de Fevereiro de dois mil e dezassete, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 75.920,76 € (setenta e cinco mil novecentos e vinte euros e setenta e seis cêntimos); em caixa 5.224,72 € (cinco mil duzentos e vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 81.145,48 € (oitenta e um mil cento e quarenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 14.900,78 € (catorze mil e novecentos euros e setenta e oito cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 62.203,93 € (sessenta e dois mil duzentos e três euros e noventa e três cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 32/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 7/2017, relativamente a desocupação do compartimento n.º 97 do Ossário n.º 2. -----

Esta Junta de Freguesia, através do ofício com a nossa referência JV/MH/2481/2016, datado de 13 de Dezembro de 2016, a Sr.ª Alexandra Maria Ferreira da Silva Pereira, responsável pelas ossadas, comunicou prescindir das ossadas, passando o mesmo à posse da Junta de Freguesia e a sequente venda a terceiros. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que sejam desocupado o compartimento nº 97, do ossário n.º 2, para a casa dos ossários.
2. Sejam devidamente preenchidos os autos de trasladação. -----
3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 33/2017 -----

A USCAL é uma resposta socioeducativa desenvolvida em equipamento, que visa criar e dinamizar regularmente atividades formativas, culturais e físicas. Trata-se de uma aposta clara em dar mais qualidade de vida aos cidadãos, fomentando as relações sociais, com desenvolvimento do funcionamento mental, físico e desempenho, com a procura da satisfação de vida e bem-estar. Acumular recursos úteis na adaptação à mudança mantendo-se ativos e envolvidos na procura do saber. -----

Neste contexto, são os professores voluntários da USCAL, que fazem com que este projeto se concretize, atinja os seus objetivos e que seja um sucesso e desempenham um papel importante para a Universidade com a sua disponibilidade e empenho. -----

Neste sentido, e por forma a incentivar os professores na continuidade da USCAL, é possível conceder aos professores a prerrogativa de poderem usufruir de benefícios fiscais em sede de IRS. -----

O fundamento legal para esta prática, encontra-se previsto nos artigos 61º e 62º, do Estatuto de Benefícios Fiscais (EBF), que equipara o voluntariado a *benefícios em espécie* nos termos e para os efeitos previstos nas citadas normas legais. -----

O voluntariado (donativo) é convertido no valor convencionado por hora, o qual é multiplicado pelo número de horas efetivamente dadas, para se calcular o valor total do donativo. Para a sua concretização, esta Autarquia terá que emitir aos professores voluntários uma declaração conforme o disposto no art.º 61º e 62º do Estatuto do BEF e enquadrado no art.º 63º do mesmo diploma legal, após receção do requerimento efetuado de cada professor voluntário.

Em conformidade com o parecer jurídico interno que valida este procedimento, propõe-se:

1. A aprovação do valor hora o qual é multiplicado pelo número de horas efetivamente dadas no ano a que se refere o pedido, pelo valor de 15,00 € (quinze euros), dado que é o valor que se pratica no mercado (valor que outras universidades seniores praticam); -----
2. A aprovação da declaração que se anexa e respetiva emissão aos professores voluntários;

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 34/2017 -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2017 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole desportiva, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Neste sentido, o Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela, vai realizar o corta mato escolar no dia 31 de março do corrente ano, tendo solicitado a esta Junta de Freguesia o apoio logístico e apoio na atribuição de medalhas para os alunos de vários escalões, conforme pedido em anexo. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2017, propõe-se: -----

1. A atribuição por aquisição de trinta e seis (36) medalhas com fita, do 1º ao 3º classificado de 6 escalões de ambos os sexos para o Corta Mato Escolar a ser cabimentado na ação 142 do PPA; -----

2. Apoio logístico no que concerne ao fornecimento de rolos de fita sinalizadora para delimitar o circuito da prova e aparelhagem com um microfone. -----

3. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 35/2017 -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2017 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole desportiva, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2017, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma participação financeira à Associação de Moradores 18 de Maio, no valor de 200,00 € (duzentos euros), para apoio ao 35º troféu CMO – Corrida das Localidades organizada pela referida Associação no próximo dia 19 de Fevereiro. -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 36/2017 -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2017 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole cultural, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2017, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma comparticipação financeira à Ideias do Século Associação, no valor de 200,00 € (duzentos euros), para apoio às atividades a desenvolver pela referida Associação.
 2. Apoio no empréstimo de equipamento de som para a realização do Baile de Carnaval a ter lugar no dia 26 de Fevereiro no salão de Festas do Centro Paroquial São Romão de Carnaxide.
 3. Apoio no aluguer de transporte de 50 alunos da Associação/Estúdio de Dança para participação no Festival DançAlhandra 2017, a ter lugar no dia 11 de Março de 2017. -----
 4. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 37/2017 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2017 torna-se necessário reforçar a área de limpeza e serviços gerais nos edifícios sede e delegação desta Autarquia. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual decorrente da aposentação da trabalhadora que exercia estas funções, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 6 de Março de 2017; -----
- A prestadora de serviços para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Juliana Maria Dias Sequeira Rosalino Morgado; -----
- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----
- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2017); -----
- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de reforço da área de limpeza e serviços gerais nos edifícios sede e delegação desta Autarquia;

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por "LOE 2017"), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por "LOE 2017". -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março,

pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP".

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 - Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 - Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduz limpeza e serviços gerais nos edifícios sede e delegação desta Autarquia. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 06 de Março de 2017, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, Sra. Juliana Maria Dias Sequeira Rosalino Morgado, contribuinte n.º 237 223 090. A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 - Proposta de Deliberação N.º 38/2017 -----

No seguimento da aprovação, em Reunião de Executivo de 08/11/2016, da Proposta de Deliberação nº181/2016 relativa à abertura de Procedimento Concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de técnico superior e para a carreira e categoria de assistente operacional, foi aprovada a publicação do respetivo Aviso em Diário da República, conforme minuta apresentada para o efeito. -----

Com a publicação em Diário da República n.º 248/2016, Série I, de 2016-12-28, da Lei n.º 42/2016 (OE2017) e do Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro, torna-se necessário atualizar a legislação mencionada na minuta de Aviso do Procedimento Concursal em apreço, nomeadamente nos pontos 4, 7 e 7.1.2, que se propõe que passem a ter a seguinte redação: -----

4 — Legislação Aplicável: -----

a) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Retificada pela Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08 e alterada pelas Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, Lei n.º 84/2015, de 07/08, Lei n.º 18/2016, de 20/06 e Lei n.º 42/2016, de 28/12 (LGTFP); -----

b) Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06/04; -----

c) Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 12/2016, de 28/04; -----

d) Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e; -----

e) Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro. -----

7 — Posição Remuneratória: a remuneração base prevista resulta da aplicação do disposto no artigo 42.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que se mantém em vigor e cujos efeitos são prorrogados para o ano de 2017, por força do n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 42/2016 (LOE 2017), não havendo também lugar a negociação de posicionamento remuneratório, ao abrigo do disposto na alínea i), do n.º 3, do artigo 19.º, da Portaria e do artigo 87.º, da LGTFP, pelo que tendo como referência o salário mínimo nacional vigente e a tabela remuneratória única para cada uma das categorias, o posicionamento remuneratório de referência corresponde: -----

7.1.2 — Posição Remuneratória: Referência B - 1.ª posição remuneratória, nível 1 da categoria da tabela remuneratória única, ou seja, 557,00€ (quinhentos e cinquenta e sete euros). -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A alteração aos pontos 4, 7 e 7.1.2, conforme acima descrito; -----

2. A aprovação da publicação do Aviso em Diário da República, nos termos do aviso em anexo. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 39/2017 -----

Em conformidade com as GOP/Orçamento para 2017, aprovada pela Assembleia de Freguesia em 21 de Dezembro de 2016 e nos termos do disposto da Lei Geral do Trabalho em Funções

Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, propõe-se que se delibere a abertura de procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional, com as seguintes referências e para as seguintes carreiras, categorias e áreas: -----

Referência A — na carreira/categoria de Assistente Operacional na área de Apoio Administrativo; -----

Referência B — na carreira/categoria de Assistente Operacional na área de Limpeza. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A aprovação de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional (referência A e B);

2. Que seja aprovado o procedimento nos termos do aviso em anexo. -----

3. Que o respetivo júri seja constituído por: -----

Presidente do Júri: -----

- Jorge de Vilhena, Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas -----

Vogais efetivos: -----

- Américo Marques Ferreira Duarte, Secretário da Junta, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos; -----

- Dra. Carla Madeira, Técnica Superior; -----

Vogais suplentes: -----

- José Rodrigues, Vogal da Junta; -----

- Dra. Rosa Lopes, Vogal da Junta e Técnica Superior. -----

4. Que seja aprovada a publicação do Aviso em Diário da República e do Aviso reduzido em Jornal Nacional. -----

5. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 40/2017 -----

No âmbito da gestão do Mercado Municipal de Carnaxide através do protocolo nº150/2012 celebrado em 11 de Junho de 2012 entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, o concessionário Tito Jorge de Carvalho Mesquita, comunicou a esta Autarquia no dia 30 de Janeiro de 2017 a intenção de desistir da loja nº 8, do ramo de florista conforme informação nº83/gabinetedestudos/2017, tendo a Junta de Freguesia aceite a entrega da loja com efeitos a 01de Fevereiro de 2017. -----

Nos termos do RMM os titulares do direito de ocupação podem, a todo o tempo, restituir os lugares concessionados. -----

Refere o nº 4 do artigo 522º do mesmo regulamento que em caso de renúncia até ao final do quinto ano a contar da atribuição, o Município procede à devolução de um quinto do valor correspondente à base de licitação por cada ano em falta, o que na presente situação não se aplica dado que a ocupação ocorreu em 2013. -----

Ainda assim e perante o artigo 24º do RMM, o requerente deverá proceder aos pagamentos das taxas devidas até ao término do mês ou dia, consoante a modalidade de ocupação, situação que foi verificada na Contabilidade e que no caso em questão se encontra regularizada, sendo que ainda teremos de devolver ao concessionário, por meio de transferência bancária, o valor de 31,80€ que foi indevidamente transferido para a conta desta Junta de Freguesia no dia 01/01/2017. -----

No que diz respeito a obras executadas nos locais de venda, o n.º5 do artigo 547 prevê que no final da ocupação do local de venda, que irá ocorrer a 01/02/2017, o titular está obrigado a devolver o mesmo ao Município, no estado em que se encontrava aquando da sua atribuição, livre de pessoas e bens, sob pena da referida reposição ser efetuada pelo Município, a suas expensas. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. A caducidade do título de ocupação por restituição da loja n.º8 do Mercado Municipal de Carnaxide, em nome de Tito Jorge de Carvalho Mesquita, Contribuinte 194 097 994, sendo que a restituição poderá ocorrer em 01/02/2017. -----

2. A entrega da chave deverá ser efetuada até dia 02/02/2017, nas instalações do Mercado Municipal de Carnaxide, mediante assinatura de auto de entrega. -----

3. Que se seja atualizado o mapa geral de ocupação do Mercado, com publicação de edital.

4. Que seja devolvida a importância de 31,80€ ao interessado. -----

5. Que seja dado conhecimento ao interessado. -----

6. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

10 – Proposta de Deliberação N.º 41/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 86/2017, relativamente ao pedido do Sr. João Carlos Ilhéu Vélez e sua irmã, para concessão a título perpétuo da Sepultura n.º 98 do Talhão n.º 11.

Na referida sepultura, encontrava-se inumado os restos mortais do Sr. Luís Manuel Sobral Gonçalves Pereira, tendo as ossadas sido trasladadas para o compartimento n.º 3 I do ossário

n.º 4, conforme consta na deliberação n.º 182/2016, aprovada em reunião de executivo de 17/11/2016, ficando a sepultura vaga para nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 98 do talhão n.º 11, ao Senhor João Carlos Ilhéu Vélez, portador do Cartão de Cidadão N.º 06130466 e Maria de Fátima Ilhéu Vélez Filipe, portadora do Cartão de Cidadão N.º 07642127. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

11 – Proposta de Deliberação N.º 42/2017 -----

No âmbito da gestão dos Mercados Municipais por delegação de competências entre a Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas e o Município de Oeiras e em conformidade com o Regulamento dos Mercados Municipais, verifica-se a existência da Loja 08 desocupada e tendo em conta a necessidade de dinamizar o Mercado Municipal de Carnaxide evitando-se a vacatura de espaços comerciais, torna-se indispensável a realização de Hasta Pública com o intuito de atribuir o local de venda referido no documento anexo. -----

Face à necessidade de publicação do edital da hasta pública com trinta (30) dias de antecedência à realização do evento, prevê-se a execução do mesmo no decorrer do mês de Março de 2017. -----

Pelo exposto propõe-se que: -----

1. A Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas aprove nos termos do art.º 3º, nº 1 alínea a) do regulamento dos Mercados Municipais, a realização de uma hasta pública para a loja nº 8 do Mercado Municipal de Carnaxide, no dia 10 de Março de 2017 pelas 16:30 horas, no salão nobre da Sede da Junta de Freguesia em Carnaxide. -----

2. A aprovação do Edital n.º 08/2017 em anexo, com base na informação supra referida, o qual contém as normas e condições de atribuição da loja do Mercado Municipal de Carnaxide.

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

12 – Proposta de Deliberação N.º 43/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento do requerimento apresentado pelo Senhor José António Lopes dos Santos, sob registo de entrada n.º 210 de 13 de Janeiro de 2017, para efeitos de construção do Jazigo N.º 170 do Cemitério Paroquial de Carnaxide. -----

Trata-se de um Jazigo com capacidade para oito corpos, sendo que o Senhor José Costa já havia requerido a concessão a título perpétuo do terreno para construção do referido Jazigo.

Tal concessão foi aprovada através da deliberação n.º 205/2016, aprovada em reunião de executivo de 13 de Dezembro de 2016. -----

Tendo sido apresentado requerimento instruído com o projeto de obra em duplicado, elaborado por técnico habilitado, com desenhos cotados à escala 1/20, memória descritiva e termo de responsabilidade, o processo encontra-se conforme o previsto no Regulamento do Cemitério Paroquial da Freguesia de Carnaxide. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja autorizado o pedido de licenciamento para a realização da obra de construção do Jazigo N.º 170. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 19h40m.

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

A Vogal

(Rosa Lopes)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)

O Vogal

(António Rocha)